



1 ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 59- CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

2 **Dia:** 09/03/2026. **Horário:** 14h. **Local:** Casa dos Conselhos. **Conselheiros Presentes** Sueli Dors –  
3 Fundação Cultural de Lages; Saionara Ap<sup>a</sup> da Silva Ramos Campos - Secretaria Municipal da Educação;  
4 Katiana de Lins - Secretaria Municipal da Saúde; Edna Karine Costa Moreira -Secretaria Municipal de  
5 Assistência Social; Edilamar Terezinha Albano e Neusa Maria Campos – Pastoral Afro-Brasileiro; Adriana  
6 Cristina dos Prazeres Schimidt – Fórum das Mulheres do Mercosul; Paulo Roberto Souza Vieira – Grupo  
7 Escoteiro Heliodoro Muniz – 69º; Gilmar Campos – Grêmio Recreativo Escola da Samba Princesa Isabel;  
8 Marta Aparecida de Lima Machado Calegari – Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense –  
9 Fundação UNIPLAC. **Ouvintes:** Paola Amelia Adami e Stefany Rodrigues Wolf - Secretaria de Assistência  
10 Social; Erli A.Camargo – Fórum de Mulheres do Mercosul – FMM; Patricia Chaves – Secretaria Executiva.  
11 **Justificativas de Ausência:** Fabiane Nunes – Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher e para a  
12 Pessoa Idosa; Alex Delfes Farias – Secretaria Municipal de Indústria, Comercio e Inovação. **Pauta:**  
13 Abertura; Aprovação da Pauta; Aprovação das Ata nº 58; Correspondências Recebidas e Expedidas;  
14 Trabalho das Comissões; Agenda livre. **Desenvolvimento do Trabalho:** Aos nove dias do mês de março do  
15 ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se a Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Promoção  
16 da Igualdade Racial, com a presença dos(as) conselheiros(as), conforme lista de presença. A reunião foi  
17 aberta pela Presidente Adriana, que realizou a saudação e acolhida dos participantes, seguida da verificação  
18 de quórum. **Aprovação da Pauta:** A Presidente Adriana fez a **leitura da pauta do dia, que foi aprovada por**  
19 **todos.** A Secretaria Executiva Flavia solicitou a palavra para propor uma inversão de pauta. Informou que, a  
20 partir daquele mês, o Conselho passaria a receber representantes das diretorias do Sistema Único de  
21 Assistência Social (SUAS), vinculadas à Secretaria de Assistência Social, com o objetivo de apresentar os  
22 serviços executados por cada diretoria e ampliar o conhecimento dos conselheiros sobre a política pública da  
23 área, apresentou as convidadas: a Diretora Stefany e a Coordenadora Técnica Paola, representantes da  
24 Diretoria de Proteção Social Básica da Secretaria de Assistência Social. **A inversão de pauta foi aprovada**  
25 **por todos.** **Agenda Livre:** Antes da inversão da pauta, o Conselheiro Sr. Gilmar solicitou esclarecimentos  
26 acerca da discussão ocorrida no Fórum das Organizações da Sociedade Civil sobre a unificação das eleições  
27 dos Conselhos Municipais manifestando dúvida sobre sua ausência na pauta. A Secretaria Executiva Flavia  
28 explicou que o tema poderia ser tratado na agenda livre, uma vez que não houve solicitação formal de  
29 inclusão em pauta. Acrescentou que o assunto havia sido registrado em ata da reunião anterior, quando os  
30 conselheiros presentes deliberaram pela leitura do documento recebido antes de qualquer decisão.  
31 Apresentando um histórico do processo, informou que, no ano anterior, dois conselhos estavam próximos do  
32 término de seus mandatos: o Conselho de Segurança Alimentar e o Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa.  
33 Diante dessa situação, a Secretaria Executiva solicitou ao Fórum dos Conselhos que realizasse as eleições  
34 correspondentes. Em resposta, o fórum encaminhou ofício sugerindo a unificação das eleições dos conselhos.  
35 A partir desse pedido, cada conselho passou a analisar a possibilidade. Alguns solicitaram mais informações  
36 ao fórum, enquanto outros buscaram parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Município (PROGEM),  
37 como foi o caso do Conselho Municipal de Assistência Social. O parecer da Procuradoria foi recebido em  
38 dezembro. De acordo com a Secretaria Executiva, o parecer jurídico indicou que a unificação das eleições  
39 não poderia ocorrer naquele momento, pois não existe previsão dessa prática nos regimentos internos dos  
40 conselhos envolvidos. Dessa forma, caso os conselhos desejem realizar eleições unificadas no futuro, será  
41 necessário alterar previamente seus regimentos para incluir essa possibilidade, esclareceu que a orientação da  
42 Procuradoria não impede a unificação, mas estabelece que qualquer mudança deve estar prevista na  
43 legislação interna de cada conselho. A Conselheira Marta destacou que cada conselho possui autonomia para  
44 deliberar conforme sua legislação e entendimento, observando as orientações jurídicas recebidas. A  
45 Secretaria Executiva Flavia esclareceu que não houve deliberação do conselho até o momento, pois a  
46 comissão responsável ainda não analisou o documento em razão de outras demandas. Informou também que  
47 o ofício e o parecer jurídico já foram disponibilizados previamente aos conselheiros para leitura. A  
48 Presidente Adriana reforçou que o registro sobre o tema consta na ata da reunião anterior, na qual foi  
49 definido que os conselheiros fariam a leitura do documento antes de qualquer debate ou deliberação. A  
50 participante Erli solicitou a palavra para informar que, para prorrogação de mandatos dos conselhos, não  
51 seria necessária alteração do regimento interno nem da legislação de cada conselho. Explicou que a  
52 prorrogação poderia ocorrer mediante deliberação do pleno do conselho, registrada em ata, acompanhada de  
53 resolução formal estabelecendo o período de prorrogação. Acrescentou que essa medida visa possibilitar  
54 maior organização das eleições e oferecer mais tempo para formação e capacitação dos conselheiros,  
55 especialmente da sociedade civil, considerando a dificuldade observada na participação efetiva de alguns  
56 representantes. Destacou que a ausência frequente de conselheiros prejudica o controle social e o andamento



57 das políticas públicas, razão pela qual a proposta busca fortalecer a atuação dos conselhos municipais. A  
58 Secretaria Executiva Flavia reiterou que o assunto permanece aberto para análise dos conselheiros e eventual  
59 deliberação futura, após leitura e discussão do parecer jurídico e dos documentos encaminhados. Dando  
60 continuidade, a representante da Diretoria de Proteção Social Básica da Secretaria de Assistência Social,  
61 Diretora Stefany iniciou sua apresentação, informando ser psicóloga e atuar na área de assistência social  
62 desde 2017, tendo experiência em diferentes níveis de proteção do SUAS. A Coordenadora Paola  
63 apresentou-se como assistente social, com experiência anterior na área da saúde, atuando há  
64 aproximadamente um ano na assistência social. As representantes explicaram que a assistência social,  
65 historicamente, foi marcada por práticas de caridade e ações pontuais, mas passou a constituir política  
66 pública de direito com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), regulamentado em  
67 2005. Esclareceram que o SUAS organiza os serviços em dois níveis principais de proteção: Proteção Social  
68 Básica, voltada à prevenção de situações de vulnerabilidade social e fortalecimento de vínculos familiares e  
69 comunitários. Proteção Social Especial, destinada a situações de violação de direitos, subdividida em média e  
70 alta complexidade. Foi apresentada uma comparação com o sistema de saúde para facilitar o entendimento: a  
71 proteção básica se assemelha às unidades básicas de saúde, atuando de forma preventiva e territorializada; a  
72 média complexidade pode ser comparada às policlínicas, com atendimento especializado; e a alta  
73 complexidade corresponde a serviços que demandam acolhimento institucional. O município conta  
74 atualmente com oito Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), distribuídos territorialmente para  
75 atender diferentes bairros sendo porta de entrada da proteção social básica, oferecendo acompanhamento  
76 familiar, orientações e acesso a benefícios e programas sociais. Além disso, a Diretora Stefany mencionou a  
77 atuação do Cadastro Único, do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o funcionamento do Serviço de  
78 Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
79 – SCFV; os serviços domiciliares voltados a pessoas com deficiência. O Conselheiro Paulo questionou sobre  
80 as ações realizadas pelo município em relação à população em situação de rua, dependência química e  
81 famílias indígenas em situação de vulnerabilidade. Relatou também percepções de aumento de situações de  
82 violência e abordagens agressivas, inclusive contra mulheres e motoristas. A Diretora Stefany explicou que  
83 esses casos são atendidos principalmente pelos serviços da proteção social especial de média complexidade,  
84 por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e de outros equipamentos  
85 especializados. Informou ainda que existe centro de atendimento que oferece alimentação, orientação e  
86 encaminhamentos para documentação, saúde e demais serviços necessários. Sobre a população indígena  
87 esclareceu que, no município, não há registro de famílias indígenas residentes de forma permanente; grupos  
88 indígenas que se deslocam até a região para comercialização de artesanato de forma temporária, sendo feita  
89 abordagem social com identificação e cadastro e acionada a equipe de referência da proteção básica para  
90 acompanhamento da situação. Relatou que algumas situações que envolveram crianças pedindo dinheiro  
91 sozinhas nas ruas, levou a equipe a buscar orientação junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas –  
92 FUNAI e ao Ministério Público. Conselheira Edna esclareceu que a abordagem com pessoas em situação de  
93 rua é realizada por meio de sensibilização, diálogo e conscientização, sendo oferecidos serviços como o  
94 Centro POP, o albergue noturno e o acolhimento POP, contudo tais serviços possuem regras e limites, razão  
95 pela qual muitas pessoas optam por não acessar esses espaços. Destacou que não há possibilidade de  
96 conduzir as pessoas à força, sendo necessário respeitar a decisão individual. Ressaltou ainda que nem todos  
97 os atos de violência ou furtos podem ser atribuídos a pessoas em situação de rua, pois muitos usuários de  
98 substâncias possuem residência, embora frequentem espaços públicos. A Coordenadora Paola destacou que  
99 casos de agressão configuram questão de segurança pública e devem ser tratados pelas autoridades policiais.  
100 A participante Ouvinte Erli questionou sobre o sistema de registro de informações utilizado pela assistência  
101 social e sobre a forma de compartilhamento de dados entre os serviços. A Diretora Stefany explicou que o  
102 município utiliza um sistema informatizado denominado Pitfall, no qual são registrados prontuários,  
103 atendimentos e documentos das famílias, que o sistema permite que profissionais da rede autorizados tenham  
104 acesso às informações necessárias para continuidade do atendimento, facilitando a comunicação entre CRAS  
105 e CREAS. A Presidente Adriana questionou quanto a coleta de dados relacionados à racialidade nos  
106 atendimentos, como essas informações são registradas no sistema, ressaltando a importância da existência de  
107 dados organizados para subsidiar políticas públicas e ações específicas em territórios ou grupos  
108 populacionais. A Diretora Stefany explicou que existe um setor de vigilância socioassistencial responsável  
109 pela gestão dos dados, porém as informações dependem da correta inserção pelos profissionais que realizam  
110 os atendimentos. Informou que, caso o dado não seja preenchido, ele não poderá ser recuperado  
111 posteriormente pelo sistema. A Coordenadora Paola acrescentou que os sistemas da assistência social e da  
112 saúde são distintos e não possuem integração direta. A Conselheira Edna complementou afirmando que a  
113 inserção dessas informações depende da atualização dos cadastros e da atenção dos profissionais no  
114 momento do atendimento. Destacou também a importância do sigilo das informações, explicando que nem  
115 todos os dados coletados pela assistência social são compartilhados com outras políticas públicas, como a



116 saúde. Apresentou o Sistema de Cadastro Pitfall para conhecimento dos conselheiros onde são armazenados  
117 os dados dos atendimentos aos usuários, informações sobre referência familiar, parentesco, sexo, contatos e  
118 raça/cor. Informou que, em muitos casos, esses campos não são preenchidos, o que dificulta a geração de  
119 dados estatísticos pela vigilância socioassistencial, pois muitas vezes os profissionais encontram dificuldades  
120 ao abordar questões relacionadas à autodeclaração racial ou ao atendimento de pessoas com deficiência, o  
121 que pode gerar constrangimentos ou insegurança no momento do registro das informações. Dessa forma,  
122 sugeriu que seja promovido um processo de formação ou orientação voltado especificamente aos  
123 profissionais que realizam esse tipo de atendimento. A Presidente Adriana destacou que a falta de dados  
124 prejudica o planejamento de políticas públicas, a Conselheira Saionara apontou que o problema envolve  
125 também questões culturais e de reconhecimento identitário, destacando a importância de capacitação dos  
126 profissionais que realizam os cadastros, bem como da conscientização das pessoas atendidas quanto à  
127 importância de fornecer corretamente essas informações. A participante Eri sugeriu que o Conselho elabore  
128 uma resolução de recomendação justificando a necessidade de aprimoramento do preenchimento de dados,  
129 de forma completa, pois as informações são fundamentais para subsidiar o planejamento de políticas  
130 públicas, para promoção da igualdade racial. A Presidente Adriana propôs que o Conselho deliberasse sobre  
131 a elaboração de Resolução das recomendações citadas. A Conselheira Edna sugeriu que o Conselho aguarde  
132 a apresentação das demais diretorias antes de consolidar o documento final, de modo que a recomendação  
133 contemple as diferentes áreas envolvidas. A Conselheira Edilamar manifestou-se favorável à elaboração da  
134 resolução, destacando que o Conselho precisa formalizar suas recomendações e cobrar respostas das  
135 instituições responsáveis, a fim de evitar que demandas importantes permaneçam sem encaminhamento. A  
136 Conselheira Sueli também manifestou apoio à iniciativa, ressaltando que os dados levantados serão  
137 importantes não apenas para a assistência social, mas também para áreas como cultura, educação e saúde.  
138 Terminada as manifestações **foi aprovada elaboração de Resolução recomendando o preenchimento**  
139 **completo dos dados de usuários nos sistemas de cadastro do SUAS – CadSUAS, levando em**  
140 **consideração os dados sobre racialidade. Aprovação da Ata nº 58:** Secretária Executiva questionou se  
141 todos os conselheiros fizeram a leitura da Ata 58 e se havia sugestões de alteração ou observações. Não  
142 havendo manifestações contrárias, a ata foi colocada em votação e **aprovada pelos presentes.**  
143 **Correspondências Recebidas e Expedidas: Das Expedidas:** A Secretária Executiva Flavia informou envio do  
144 Ofício nº 008/COMPIR/2026 datado de 12/02/2026 ao Presidente da Câmara de Vereadores de Lages,  
145 referente à resposta ao parecer emitido sobre a denúncia apresentada pelo vereador Jonathan Mendes no ano  
146 anterior, explicou que a comissão elaborou um posicionamento, posteriormente aprovado em plenária,  
147 manifestando as razões pelas quais o conselho não concordava com o parecer encaminhado pela Câmara.  
148 Informou ainda que, até o momento, não houve retorno acerca desse novo encaminhamento. Envio do Ofício  
149 nº 009/COMPIR/2026 à Superintendente da Fundação Cultural, Carla Zonatto, datado de 12/02/2026  
150 solicitando a indicação de novos representantes para o conselho, tendo em vista a ausência da titular e da  
151 suplente anteriormente indicadas e já houve nova indicação, sendo Giovana a conselheira titular e Sueli a  
152 suplente, presente nesta plenária. A Secretária Executiva registrou as boas-vindas à nova representante.  
153 Envio do Ofício nº 010/COMPIR/2026 datado de 13/02/2026 à Secretaria Municipal de Saúde, solicitando o  
154 Plano Municipal de Saúde com o objetivo de verificar a existência de estratégias voltadas ao atendimento  
155 integral da população afrodescendente e de outros grupos étnicos, considerando as diretrizes do Sistema  
156 Único de Saúde e a promoção da equidade nas políticas públicas. O documento foi encaminhado pela  
157 secretaria e já analisado pela comissão, sendo que não foram identificadas referências específicas à  
158 população negra ou às comunidades tradicionais. Envio do Ofício nº 011/COMPIR/2026 datado de  
159 13/02/2026 à Secretaria de Saúde solicitando indicação de representantes para o conselho, tendo sido  
160 nomeadas Luciana Lima como titular e Katiana como suplente, que já participa nesta plenária. Ofício nº  
161 012/COMPIR/2026 datado de 26/02/2026, convidando os conselheiros para os trabalhos das comissões.  
162 Ofício nº 013/COMPIR/2026 datado de 04/03/2026, convocando os conselheiros para a presente reunião  
163 plenária. **Das Recebidas:** E-mail da Câmara de Lages recebido em 13/02/2026 acusando o recebimento do  
164 Ofício nº 008/COMPIR/2026. Ofício nº 36/CMS/GAB/2026 recebido em 18/02/2026 da Secretaria Municipal  
165 de Saúde, indicando as conselheiras Luciana e Katiana. E-mail resposta do CEPA/SC – Conselho Estadual  
166 das Populações Afrodescendentes de Santa Catarina, datado de 02/03/2026 informando num quadro, os  
167 municípios onde existem coordenadorias ou secretarias municipais de promoção da igualdade racial no  
168 estado de Santa Catarina e a informação que em alguns municípios encontram-se criados, porém sem  
169 atividades registradas. A Secretária Executiva também destacou que o documento menciona a existência de  
170 coordenadorias em alguns municípios, incluindo Lages, informação que possivelmente está equivocada, pois  
171 o município não possui atualmente uma coordenadoria formalizada, embora haja intenção de criação. Foi  
172 ressaltado que o município de Lages esteve entre os poucos que enviaram o relatório final completo da  
173 Conferência Municipal, o que pode ter gerado a impressão de que já existe uma estrutura institucional mais  
174 consolidada. Ofício nº 191/2026/CONSELHOS recebido em 02/03/2026 da Secretaria Municipal da



175 Educação indicando a professora Indhira como titular e a professora Saionara a suplência no COMPIR. A  
176 professora Saionara informou que foram iniciadas formações com professores da educação infantil,  
177 realizadas na FACVEST, tendo como eixo a temática das relações étnico-raciais, definida como tema central  
178 das formações ao longo do ano. Ofício nº 081/FCL/2026 recebido em 03/03/2026 da Fundação Cultural de  
179 Lages indicando as conselheiras Giovana, titular e Sueli a suplência neste Conselho. Trabalho das  
180 Comissões: Na Comissão de Estudos a Presidente Adriana recebeu solicitação verbal de integrantes de  
181 movimentos sociais que assinaram a denúncia (Movimento Negro de Lages – Obatalá, Pastoral Afro  
182 Brasileira, Centro de Direitos Humanos e Cidadania Ir. Jandira Bettoni – CDHC, Matakiterani Associação  
183 Cultural) anteriormente encaminhada ao conselho, manifestando preocupação quanto à ausência de retorno  
184 sobre os encaminhamentos realizados. Após análise da situação, **a comissão deliberou pelo envio de ofício**  
185 **às organizações da sociedade civil que assinaram a denúncia, informando os desdobramentos e**  
186 **providências adotadas pelo conselho.** A comissão analisou o Plano Municipal de Saúde encaminhado pela  
187 Secretaria de Saúde e constatou a ausência de dados ou estratégias específicas relacionadas à população  
188 negra ou a comunidades tradicionais. Diante disso, foi sugerida a realização de plenária com participação das  
189 secretarias municipais, visando obter informações e sensibilizar as áreas responsáveis sobre a importância da  
190 coleta e sistematização de dados referentes à população negra no município, iniciando esse diálogo  
191 primeiramente com a Secretaria Municipal de Assistência Social, considerando que o conselho está  
192 vinculado a essa secretaria. A Comissão de Acompanhamento e Monitoramento apresentou o planejamento  
193 semestral de ações da comissão, que prevê a realização de visita institucional à Secretaria Municipal de  
194 Saúde, mediante agendamento prévio, para discutir estratégias de inserção de dados raciais no Plano  
195 Municipal de Saúde (2023–2029); visitas aos serviços da assistência social, com o objetivo de acompanhar e  
196 avaliar o atendimento à população, bem como promover ações de sensibilização e capacitação relacionadas a  
197 promoção da igualdade racial. **O Conselheiro Gilmar solicitou que o documento encaminhado pela**  
198 **PROGEM seja analisado pela Comissão de Estudos, Normas e Legislação, para elaboração de parecer**  
199 **a ser deliberado na próxima plenária. A proposta foi acolhida como encaminhamento.** A Conselheira  
200 Edilamar destacou a importância da presença efetiva dos conselheiros nas reuniões plenárias, manifestando  
201 preocupação com a ausência recorrente de alguns membros sem justificativa, reforçou a importância da  
202 participação dos suplentes, destacando que estes devem ser acionados sempre que o titular não puder  
203 comparecer. A Secretária Executiva Flavia informou que a Casa dos Conselhos implantou neste ano um  
204 controle sistemático de presença, com registro das participações. Explicou que serão observados os critérios  
205 previstos, como ausências consecutivas ou alternadas, podendo resultar em notificações formais. Nada mais  
206 havendo a se tratar, a Presidente Adriana encerrou a plenária e eu Flavia Roberta Oliveira Mathias, Secretária  
207 Executiva lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será colada em livro próprio de Ata, que ficará  
208 arquivada na Casa dos Conselhos.

209 *Gilmar Campos, Newton Campos, Neusa Maria Camp.*  
210 *Edna Karine Costa Moreira, Tatiana Chaves, Maria Calepui*  
211 *Adriana Cristina dos Prazeres Schimidt, Stefany R. Uoff, Juliane*  
212 *Paola Américo Adams, Eli A. Camargo, Paulo R. S. Lima*  
213 *Saionara Aparecida Silva, Tomas Campos, Kahiana de Lima.*  
214 *Flavia Roberta Oliveira Mathias*

*Adriana Schimidt*

Adriana Cristina dos Prazeres Schimidt  
Presidente do COMPIR

225